EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP - 025/2026

TIPO DE LICITAÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº DO EDITAL	025/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	9166/2026
ÓRGÃO PROMOTOR	O Município de Mutunópolis – GO
SECRETARIA RESPONSÁVEL	Secretaria Municipal de Administração.
OBJETO	Registro de preços, para contratação, sob demanda, de empresas especializadas no fornecimento de equipamentos e materiais eletrônicos e eletrodomésticos para atender as demandas das Secretarias Municipais de Mutunópolis, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor preço por item
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/2006
MODO DE DISPUTA	Aberto
CRONONGRAMA DA LITAÇÃO	
EVENTO	**DATA E HORÁRIO**
RECEBIMENTO/CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:	08:00 horas do dia 13/11/2026
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	08:01 horas do dia 02/12/2026
INÍCIO DA DISPUTA	09:01 horas do dia 02/12/2026
INFORMAÇÕE SCOMPLEMENTARES	
ITEM	**DESCRIÇÃO**
REFERÊNCIA DE TEMPO	Horário de Brasília – DF
PLATAFORMA ELETRÔNICA	Bolsa Nacional de Compras – BNC

ASSINADO DIGITALMENTE POR LAUDIMA SOARES MARRA EM 13/11/2026 ÀS 15:37:30.

ENDEREÇO ELETRÔNICO	https://bnc.org.br/
FORMA DE ENVIO DAS PROPOSTAS	Exclusivamente por meio eletrônico

OBSERVAÇÃO

Declara-se que é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante o correto cadastramento de todas as informações, propostas e documentos no sistema eletrônico, bem como o acompanhamento integral da sessão pública e de todos os atos nela praticados, incluindo avisos, convocações, diligências e fases de lances, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por prejuízos decorrentes da inobservância dessas obrigações, sendo certo que o envio incorreto ou incompleto de informações e a ausência de acompanhamento não constituirão justificativa para descumprimento das exigências editalícias ou exercício de direitos, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

O Município de Mutunópolis, Estado de Goiás, torna público, para conhecimento dos interessados, por meio da Secretaria Municipal de Administração, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços, para contratação, sob demanda, de empresas especializadas no fornecimento de equipamentos e materiais eletrônicos e eletrodomésticos para atender as demandas das Secretarias Municipais de Mutunópolis, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Nos termos da Lei 14.133/2021 e do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será destinado à participação ampla (cujo valor do item esteja acima de 80.000,00) e participação exclusiva para microempresas (ME) e Empresas de Pequeno porte (cujo valor do item seja de até 80.000,00).

1.4. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. O valor da aproximado da contratação é de **R$ 1.163.766,29 (um milhão, cento e sessenta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte e nove centavos).**

1.6. Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/ e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2026, Recursos ordinários conforme a seguir:

DOTAÇÃO:
06.01.10.302.214.2.202.449052 Ficha: 448 Sub: 99 Fonte: 102
06.01.10.304.212.2.082.449052 Ficha: 460 Sub: 35 Fonte: 107
06.01.10.304.212.2.082.449052 Ficha: 460 Sub: 99 Fonte: 107

07.08.08.244.125.2.024.449052 Ficha: 517 Sub: 35 Fonte: 100
07.08.08.244.125.2.024.449052 Ficha: 517 Sub: 99 Fonte: 100
07.08.08.245.125.2.077.449052 Ficha: 551 Sub: 35 Fonte: 100
07.08.08.245.125.2.077.449052 Ficha: 551 Sub: 99 Fonte: 100
03.03.04.122.052.2.010.449052 Ficha: 055 Sub: 35 Fonte: 100
03.03.04.122.052.2.010.449052 Ficha: 055 Sub: 99 Fonte: 100
03.09.12.361.403.2.031.449052 Ficha: 154 Sub: 35 Fonte: 101
03.09.12.361.403.2.031.449052 Ficha: 154 Sub: 99 Fonte: 101
03.09.12.365.725.2.206.449052 Ficha: 167 Sub: 35 Fonte: 101
03.09.12.365.725.2.206.449052 Ficha: 167 Sub: 99 Fonte: 101
03.03.06.181.103.2.019.449052 Ficha: 079 Sub: 99 Fonte: 100
03.05.20.606.668.2.015.449052 Ficha: 126 Sub: 99 Fonte: 100
03.10.27.811.720.2.035.449052 Ficha: 211 Sub: 99 Fonte: 100
03.12.26.782.710.2.043.449052 Ficha: 236 Sub: 99 Fonte: 100
03.13.18.541.2010.2.045.449052 Ficha: 255 Sub: 99 Fonte: 100
03.18.15.452.501.2.038.449052 Ficha: 311 Sub: 99 Fonte: 100
06.01.10.301.211.2.049.449052 Ficha: 408 Sub: 35 Fonte: 102
06.01.10.301.211.2.049.449052 Ficha: 408 Sub: 99 Fonte: 102
06.01.10.301.211.2.201.449052 Ficha: 423 Sub: 35 Fonte: 102
06.01.10.301.211.2.201.449052 Ficha: 423 Sub: 99 Fonte: 102
06.01.10.302.214.2.202.449052 Ficha: 449 Sub: 35 Fonte: 102

2.2. A cada exercício financeiro, deverá ser confirmada a disponibilidade de créditos orçamentários.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

3.2. **A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ** ser realizada **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema Portal – Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/, na forma como estabelecido no art. 164 da Lei 14.133/2021.

3.3. As razões de impugnação deverão indicar de forma clara, objetiva e fundamentada o item específico do Edital impugnado, acompanhadas da demonstração dos motivos de sua suposta irregularidade, não sendo admitidas impugnações genéricas, abstratas ou hipotéticas, desacompanhadas de indicação precisa da inconformidade apontada.

3.4. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, decidir sobre a impugnação no prazo de três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, respeitado o disposto no art. 55, § 1º da Lei 14.133/2021.

3.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da

sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital, exclusivamente via internet, em campo próprio do Sistema Portal – Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/, ou no endereço eletrônico licitacao@mutunopolis.go.gov.br .

3.7. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.9. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

3.11. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sistema e/ou no endereço eletrônico informado, sendo de responsabilidade dos licitantes o seu acompanhamento.

3.12. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

3.13. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

4. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (BNC)

4.1. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1.1. A participação neste Pregão é franqueada a todas as empresas do ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, devendo tal compatibilidade ser comprovada por meio do contrato social, estatuto ou Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, bem como estar o licitante devidamente credenciado no Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC (https://bnc.org.br/).

4.1.2. Consideram-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), aptos à participação no presente certame, aqueles que atendam aos requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014, bem como no

Decreto Federal nº 8.538/2015, especialmente para fins de aplicação do tratamento diferenciado previsto no art. 48, inciso III, da referida Lei Complementar.

4.1.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.1.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.1.4.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.1.4.2. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.1.4.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.1.4.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.1.4.5. Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta Municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.1.4.6. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.1.4.7. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.1.4.8. O impedimento de que trata o item 4.1.4.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.1.4.9. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.1.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.1.5.1. Que cumpre os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido, mediante declaração formal de enquadramento como ME/EPP/MEI, ficando ciente de que a Administração poderá realizar diligências para verificação da veracidade das informações prestadas, inclusive mediante análise das demonstrações contábeis; constatada a superação dos limites legais de receita bruta ou incompatibilidade com o regime declarado, a licitante não fará jus aos benefícios legais, ainda que não tenha formalizado seu desenquadramento, sendo que a omissão de informações ou declaração falsa ensejará sua inabilitação e aplicação das sanções cabíveis, inclusive por fraude à licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.1.5.2. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a não assinalação do campo correspondente à condição de enquadramento como ME/EPP no sistema, ou o preenchimento em desacordo com tal condição, impedirá o prosseguimento do licitante no certame para esses itens.

4.1.5.3. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.1.5.4. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.1.5.5. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.1.5.6. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.1.5.7. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.1.5.8. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.1.5.9. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.1.5.10. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.1.5.11. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.1.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.2. **DO CREDENCIAMENTO**

4.2.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/ que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

4.2.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/ e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes cadastraram e encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. . Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
5.8. . Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, o qual será convocado em campo próprio do sistema.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
6.1.1 Valor unitário e total do item;
6.1.2 Marca;
6.1.3 Fabricante;
6.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, DA DISPUTA, PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA, DESEMPATE FINAL, REGIONALIDADE, NEGOCIAÇÃO, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES,

7.1. DA ABERTURA DA SESSÃO

7.1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
7.1.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
7.1.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
7.1.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.1.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
7.1.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
7.1.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.2. DA DISPUTA
7.2.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
7.2.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
7.2.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
7.2.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
7.2.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,01 (um centavo).
7.2.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
7.2.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.3. DA PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA
7.3.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
7.3.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
7.3.3. serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
7.3.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
7.3.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
7.3.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a vinte minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame,

publicada no Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.3.7. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.3.8. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.3.9. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.3.10. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.3.11. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.3.12. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.3.13. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.3.14. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.4. DESEMPATE FINAL

7.4.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

7.4.2. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.4.3. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas nesta Lei;

7.4.4. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento específico;

7.4.5. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
7.4.6. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
7.4.7. empresas estabelecidas no território no território do Estado em que este se localize;
7.4.8. empresas brasileiras;
7.4.9. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
7.4.10. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.5. DA NEGOCIAÇÃO

7.5.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
7.5.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
7.5.3. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
7.5.4. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.6. DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste edital,
7.6.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
7.6.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
7.6.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.6.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
7.6.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
7.6.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de no prazo de 02 (DUAS) horas sob pena de não aceitação da proposta.
7.6.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
7.6.9. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
7.6.10. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 15 (quinze) dias corridos contados da solicitação.
7.6.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
7.6.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
7.6.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
7.6.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
7.6.15. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
7.6.16. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 05 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
7.6.17. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais

impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
7.6.18. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
7.6.19. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
7.6.20. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
7.6.21. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
7.6.22. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
7.6.23. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
7.6.24. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
8.2. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
8.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
8.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
8.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
8.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
8.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
8.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
8.10. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a análise e aceitação da proposta de preço, o licitante melhor classificado será convocado via chat para apresentar os documentos de habilitação no prazo de até 30 (trinta) minutos, os quais deverão ser enviados via sistema Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/.
9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
9.3. Possuir Cadastro do Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/.
9.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
9.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
9.6. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0
9.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
9.8. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
9.9. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
9.10. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
9.11. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
9.12. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.13. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.
9.14. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
9.15. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
9.16. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
9.17. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
9.18. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
9.19. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
9.20. . Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.21. **Habilitação jurídica:**
9.21.1. As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;
9.21.2. As participantes, em se tratando de Sociedades Civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;
9.21.3. As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.
9.21.4. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

9.21.5. Para as sociedades empresárias: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
9.21.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.22. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
a) **CNPJ -** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
b) **INSCRIÇÃO ESTADUAL -** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
c) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS -** Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
d) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS -** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
e) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS -** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
f) **CERTIDÃO REGULARIDADE RELATIVA AO FGTS -** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
g) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTA -** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) obtida no site: www.tst.jus.br/certidao1 , ou certidão positiva com efeitos de negativa.
9.22.1. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.23. **Qualificação Econômico-Financeira.**

9.23.1 A qualificação econômico-financeira da licitante será aferida mediante a apresentação dos documentos previstos neste item, especialmente do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis referentes ao último exercício social já exigível, elaborados e apresentados na forma da legislação aplicável.

9.23.2. Deverá ser apresentada certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data prevista para sua apresentação, quando outro prazo de validade não constar expressamente do documento.

9.23.2.1. Caso a licitante se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, sua participação não será impedida exclusivamente por essa circunstância, desde que

demonstre, na forma admitida pela legislação e pela jurisprudência aplicável, sua capacidade econômico-financeira para cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

9.23.3. Para comprovação da capacidade econômico-financeira, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e demais demonstrações contábeis pertinentes referentes ao último exercício social já exigível, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.23.3.1. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar regularmente elaborados, assinados pelos responsáveis legalmente habilitados e, quando exigível pela legislação aplicável, devidamente registrados ou autenticados perante o órgão competente.

9.23.3.2. Será admitida a apresentação das demonstrações contábeis por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, quando a licitante estiver sujeita ou tiver optado por essa forma de escrituração, acompanhadas dos respectivos recibos de entrega e demais elementos necessários à sua validação.

9.23.4. A boa situação econômico-financeira da licitante será aferida com base nos dados constantes do Balanço Patrimonial do último exercício social já exigível, mediante apuração dos seguintes índices:

I – Índice de Liquidez Geral – ILG

Deverá apresentar resultado maior ou igual a 1,00 (um):

[ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \]

II – Índice de Solvência Geral – ISG

Deverá apresentar resultado maior ou igual a 1,00 (um):

\[ISG = \frac{AT}{PC + ELP} \]

III – Índice de Liquidez Corrente – ILC

Deverá apresentar resultado maior ou igual a 1,00 (um):

\[ILC = \frac{AC}{PC} \]

IV – Índice de Endividamento Geral – IEG

Deverá apresentar resultado menor ou igual a 1,00 (um):

\[IEG = \frac{PC + ELP}{AT} \]

Para fins de apuração, serão consideradas as seguintes definições:

AC = Ativo Circulante;
PC = Passivo Circulante;
RLP = Realizável a Longo Prazo;
ELP = Exigível a Longo Prazo;
AT = Ativo Total.

9.23.4.1. Os índices deverão ser demonstrados mediante memorial de cálculo, elaborado a partir dos valores constantes do Balanço Patrimonial do último exercício social já exigível.

9.23.4.2. A ausência do memorial de cálculo não impedirá, por si só, a análise da habilitação, desde que os elementos necessários à apuração dos índices constem regularmente das demonstrações contábeis apresentadas, podendo a Administração realizar os respectivos cálculos para fins de conferência.

9.23.5. A licitante que apresentar resultado inferior a 1,00 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral – ILG, Solvência Geral – ISG ou Liquidez Corrente – ILC deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou, quando a adjudicação ocorrer por item, do valor estimado do item para o qual estiver concorrendo, conforme aplicável ao certame.

9.23.6. As empresas constituídas no exercício social em curso, que ainda não possuam exercício social encerrado e exigível, deverão apresentar Balanço de Abertura, elaborado na forma da legislação contábil aplicável.

9.23.7. As empresas constituídas há menos de 1 (um) ano, mas que já possuam exercício social encerrado e legalmente exigível, deverão apresentar as demonstrações contábeis correspondentes ao período de sua efetiva existência.

9.23.8. As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive aquelas optantes pelo Simples Nacional, deverão apresentar os documentos de qualificação econômico-financeira exigidos neste item quando necessários à aferição da capacidade econômico-financeira para execução do objeto, observadas as regras legais específicas aplicáveis ao seu regime contábil e tributário.

9.23.9. Os documentos apresentados deverão permitir a identificação inequívoca dos valores utilizados para cálculo dos índices econômico-financeiros, cabendo à Administração promover diligência para esclarecimento ou complementação de informações preexistentes, quando juridicamente admissível.

9.23.10. A análise da qualificação econômico-financeira terá por finalidade verificar objetivamente a capacidade da licitante de cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, vedada a utilização de critérios ou índices não previstos expressamente neste Edital.

9.24. **Qualificação Técnica**

9.24.1. Pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove(m) a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com firma reconhecida da sua assinatura, tratando-se de pessoa de direito privado, que comprove(m) o fornecimento satisfatório dos produtos objeto desta licitação, devendo, esse(s) atestado(s), conter(em), no mínimo, a identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado, identificação do licitante, descrição clara dos produtos/materiais fornecidos, sendo que, as informações que

não constarem dos respectivos atestados poderão ser complementadas por meio cópia autenticada de instrumento de contrato ou nota fiscal;

9.24.2. Catálogo, ficha técnica, manual ou outro documento apto a demonstrar o atendimento às especificações do item, inclusive às normas técnicas da ABNT e aos requisitos de eficiência energética, quando previstos no Termo de Referência.

9.25. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.25.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.26. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.27. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.28. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.29. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.30. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.31. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.32. As microempresas e de pequeno porte deverão apresentar todas as documentações exigidas acima.

9.33. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação pagamento ou parcelamento do débito e emissões de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

9.33.1. A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, sendo facultado a administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10. DOS RECURSOS

10.1. Cabe recurso em face de:
10.1.1. julgamento das propostas;
10.1.2. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
10.1.3. anulação ou revogação da licitação.
10.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:
10.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento;
10.2.2. A apreciação se dará em fase única.
10.2.3. Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.
10.2.4. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
10.2.5. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.
10.2.6. O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.
10.2.7. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.
10.2.8. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.
10.2.9. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo pregoeiro serão a ele dirigidos, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
10.2.10. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
14.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
14.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;
14.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
14.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.
14.4. O prazo do contrato será de **12 (doze) meses,** contados da data da sua publicação, podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021.
14.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
14.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
14.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
15.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
15.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
15.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
15.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
15.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
15.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
15.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

16.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
16.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
16.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
16.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
16.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
16.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
16.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
16.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
16.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.
16.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
16.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

16.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

17.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

17.3. - A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

17.4. - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

17.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

17.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

18. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. . O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

18.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

18.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
18.2.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
18.3. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.
18.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
18.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
18.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
18.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei 14.133/2021.
18.6.2. Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
18.6.3. Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:

I. - exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;
II. - condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
III. - efetuar o depósito de valores em conta vinculada;
IV. - em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;
V. - estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

18.6.4. Os valores depositados na conta vinculada a que se refere o inciso III do § 3º deste artigo são absolutamente impenhoráveis.
18.6.5. O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
18.6.6. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado não poderá subcontratar partes do serviço.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1. São obrigações da contratante:
19.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;
19.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
19.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeiçoes, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
19.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
19.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
19.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

19.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

19.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
19.2.2. Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.
19.2.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca.
19.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);
19.2.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

19.2.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) hot que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
19.2.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
19.2.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
19.2.9. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.
19.2.10. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O fornecimento será realizado mensalmente, de acordo com a demanda das Secretarias do Município de Mutunópolis;
20.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
20.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
20.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 90, §21 da Lei no 14.133/2021.
20.4.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á´ após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
20.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
20.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
20.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
20.8. Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 9º da Medida Provisória no 1.047/21, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de

regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.

20.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II. - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III. - dar causa à inexecução total do contrato;
IV. - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V. - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI. - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII. - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII. - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX. - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X. - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI. - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII. - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I..- advertência;
II.- multa;
III.- impedimento de licitar e contratar;
IV..- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
V.- Na aplicação das sanções serão considerados:
VI..- a natureza e a gravidade da infração cometida;
VII.- as peculiaridades do caso concreto;
VIII.- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IX.- os danos que dela provierem para a Administração Pública;
X.- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 21.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
21.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 21.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.
21.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 21.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Mutunópolis pelo prazo de 3 (três) anos.
21.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 21.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 20.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
21.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 20.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.
21.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 21.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.
21.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
21.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 21.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
21.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 21.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
21.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 21.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado

da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/ e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Portal da Transparência da https://www.mutunopolis.go.gov.br/.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
ANEXO III– MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA;
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME- EPP;
ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO;
ANEXO VI- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Mutunópolis-GO, aos 10 de novembro de 2026.

LAUDIMA SOARES MARRA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 025/2026

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Registro de preços, para contratação, sob demanda, de empresas especializadas no fornecimento de equipamentos e materiais eletrônicos e eletrodomésticos para atender as demandas das Secretarias Municipais de Mutunópolis, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital, conforme planilha abaixo:

LOTE	SEQUENCIA	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	AR CONDICIONADO MÍNIMO 12.000 BTUS - Central de ar tipo Split Hiwall frio, Controle remoto; Ciclo de ar: Frio; Cor: Branco ou cinza; Alimentação: 220v - monofásico; Gás Ecológico: R-410A; Eficiência energética "A"; Serpentina: Cobre, Garantia 12 meses.	UN	25,00	R$ 4.463,99	R$ 111.599,75
1	2	AR CONDICIONADO MÍNIMO 18.000 BTUS - Central de ar tipo Split Hiwall frio, Controle remoto; Ciclo de ar: Frio; Cor: Branco ou cinza; Alimentação: 220v - monofásico; Gás Ecológico: R-410A; Eficiência energética "A"; Serpentina: Cobre, Garantia 12 meses.	UN	40,00	R$ 4.220,22	R$ 168.808,80
1	3	AR CONDICIONADO MÍNIMO 24.000 BTUS - Central de ar tipo Split Hiwall frio, Controle remoto; Ciclo de ar: Frio; Cor: Branco ou cinza; Alimentação: 220v - monofásico; Gás Ecológico: R-410A; Eficiência energética "A"; Serpentina: Cobre, Garantia 12 meses.	UND	20,00	R$ 5.682,49	R$ 113.649,80
1	4	AR CONDICIONADO MÍNIMO 30.000 BTUS - Central de ar tipo Split Hiwall frio, Controle remoto; Ciclo de ar: Frio; Cor: Branco ou cinza; Alimentação: 220v - monofásico; Gás Ecológico: R-410A; Eficiência energética "A"; Serpentina: Cobre, Garantia 12 meses.	UND	10,00	R$ 6.021,00	R$ 60.210,00
1	5	COMPUTADOR CPU INTEL I5, mínimo 11ª geração, fonte de alimentação 400w, cabo de força, bivolt, memória RAM 8 GB DDR4, armazenamento SSD 240 GB, com licença de sistema operacional Microsoft Windows 10 PRO 64bits, em português do brasil (PTBR); o sistema operacional deve estar instalado, com todos os drivers internos necessários para seu funcionamento; conectividade: 6	UND	20,00	R$ 4.223,67	R$ 84.473,40

		portas usb, fone de ouvido, microfone, 1 portas HDMI e 1 VGA, placa de rede, usb (2.0), gabinete vertical, garantia 12 meses.				
1	6	COMPUTADOR CPU INTEL I7, mínimo 11ª todos os drivers internos necessários para seu funcionamento; conectividade: 6 portas usb, fone de ouvido, microfone, 1 portas HDMI e 1 VGA, placa de rede, usb (2.0), gabinete vertical, garantia 12 meses, geração, fonte de alimentação 500w, cabo de força, bivolt, memória RAM 16 GB DDR4, armazenamento SSD 480 GB, com licença de sistema operacional Microsoft Windows 10 PRO 64bits, em português do brasil (PTBR); o sistema operacional deve estar instalado, com	UND	20,00	R$ 6.065,00	R$ 121.300,00
1	7	FREEZER HORIZONTAL - FUNÇÃO DUPLA - COR: BRANCO, DEGELO, CONSUMO DE ENERGIA: 100KWH, EFICIENCIA ENERGÉTICA:CLASSE E/SELO PROCEL, 02 PORTAS, CAPACIDADE MÍNIMA 500 LITROS, ALTURA: 91,5 CM, COMPRIMENTO: 76,3 CM, PESO MÁXIMO 100KG, VOLTAGEM 220V, NÃO CONTÉM CFC. NÃO AGRIDE A CAMA DE OZÔNIO. GARANTIA MINIMA 12 MESES.	UN	4,00	R$ 3.607,40	R$ 14.429,60
1	8	IMPRESSORA COLORIDA MULTIFUNCIONAL, Tanque de tinta, Wireless - Wi-Fi Direct e Ethernet, Colorida e Monocromática, USB 2.0, velocidade impressão 30ppm em preto - 12ppm em cores, Scanner digitalização com alimentação automática ADF mínimo 30 folhas, Resolução de digitalização 1200x2400 dpi, Formato de arquivo - JPG - PDF - PNG, Cartuchos compatíveis, Tela LCD colorida; Tamanho de papel A4, Tipo de Papel Comum e Papéis Especiais, Premium Glossy Photo Paper, Área de impressão A4, Software incluso, compatível com Windows 10, Bivolt, Cor Preto, Imprime fotos, Resolução de impressão Até 5760x1440 dpi, Garantia Prazo de Garantia 01 ano, Cabo de energia - Cabo USB - 04 garrafas de tintas de inicialização: preta, ciano, magenta e amarela, peso máximo 6kg;	UN	7,00	R$ 1.714,00	R$ 11.998,00
1	9	IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA, conectividade porta USB 2.0 alta velocidade, wi-fi 802.11 b/g sem fio, impressão preto resolução 1200x1200dpi, velocidade até 20 ppm, capacidade 150 folhas, até 10.000 páginas por	UN	10,00	R$ 3.274,16	R$ 32.741,60

		mês, garantia 12 meses, impressão via celular				
1	10	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA, Resolução: 1200 x 1200, 8000 impressões, com cabo de alimentação, manual de instruções, 1 toner original, garantida 12 meses. DPI, Velocidade Preto A4 40 PPM, Resolução do scanner: 1200 x 1200 dpi, Digitalização em arquivos PDF, Digitalização em cores, Tipo de scanner: Mesa e alimentador Duplex automático ADF, Tipos de papel: (comum, leve, pesado, comum, colorido, timbrado, pré-impresso, áspero); Tamanhos de papel: Carta; Legal; Executivo; A4; Ofício (216 x 340 mm); 16K (195 x 270 mm); 16K (184 x 260 mm); 16K (197 x 273 mm); Visor LCD: touchscreen 3,5", Impressão por conexão Wi-Fi: 802.11b/g/n/2.4/5GHZ, Conexões: USB 2.0; Rede Gigabit Ethernet LAN 10/100/1000 BASE-T; bandeja mínimo 200 folhas, toner até	UN	15,00	R$ 2.996,33	R$ 44.944,95
1	11	LEITOR CÓDIGO DE BARRAS – USB com apoio para mesa, leitura em folhas impressas, leitura de boletos bancários (FEBRABAN) e código de notas fiscais eletrônicas, telas de computadores, tablets, celulares e smartphones; Tecnologia: Padrões de códigos de barras 2D suportados: QR Code, DataMatrix, PDF 417, Maxicode, Micro QR, Micro PDF 417 e outros; Leitura manual / leitura contínua; 4 mils (0,10 mm); Alimentação: 5v VDC +-5%; Indicador Visual e beep; cabo mínimo 1,5 mt Garantia: 12 meses.	UN	4,00	R$ 204,83	R$ 819,32
1	12	LEITOR CÓDIGO DE BARRAS SEM FIO - Amplo ângulo de leitura, leitura de boletos bancários (FEBRABAN) e código de notas fiscais eletrônicas, Linha fina do laser, revestimento em borracha com apoio para mesa, proteção IP42, ergonômico, indicador de leitura: Beep e LED, Transmissão sem fio, mínimo 20dbm, diodo laser visível, frequência 430/433MHz, gatilho com sinal sonoro, recarga via USB ou através de adaptador, voltagem 110 ~ 240V, capacidade mínima da bateria 2.000mAh	UN	4,00	R$ 255,63	R$ 1.022,52
1	13	MONITOR 24” PARA COMPUTADOR - FULL HD LED CURVO, TAMANHO MÍNIMO 24", ENTRADAS HDMI E VGA, VOLTAGEM 100~240V, GARANTIA 12 MESES.	UND	40,00	R$ 1.141,67	R$ 45.666,80

1	14	MOUSE USB COM FIO - CONEXÃO AUTOMÁTICA PLUG-AND-PLAY, OPTICO, NA COR PRETO, COM ALTA DEFINIÇÃO, CONEXÃO 802.11ª, PESO MÁXIMO 80 GRAMAS, PRIMEIRA LINHA	UN	20,00	R$ 34,00	R$ 680,00
1	15	MOUSE USB SEM FIO - CONEXÃO AUTOMÁTICA PLUG-AND-PLAY, OPTICO, NA COR PRETO, COM ALTA DEFINIÇÃO, CONEXÃO 802.11ª, PESO MÁXIMO 80 GRAMAS, PRIMEIRA LINHA	UN	20,00	R$ 46,33	R$ 926,60
1	16	NOBREAK BIVOLT MÍNIMO 1200VA / 6 SAÍDAS	UN	20,00	R$ 943,67	R$ 18.873,40
1	17	NOBREAK BIVOLT MÍNIMO 600VA / 4 SAÍDAS	UN	30,00	R$ 381,63	R$ 11.448,90
1	18	SDD 240 GB, SATA, LEITURA: 500MB/S, GRAVAÇÃO: 350MB/S	UND	20,00	R$ 289,91	R$ 5.798,20
1	19	TABLET 11 POLEGADAS, TECNOLOGIA 5G, COR GRAFITE, 8GB RAM, SISTEMA ANDROID, WI-FI, CANETA STYLUS, SIM CARD, MEMÓRIA EXPANCÍVEL, CARREGADOR DE PAREDE; garantia 12 meses, assistência técnica no estado de Goiás.	UN	2,00	R$ 1.338,67	R$ 2.677,34
1	20	TECLADO PADRÃO ABNT2 COM FIO USB, PRETO, TECLAS DE CONTROLE DE VOLUME, TECLAS silenciosas, COMPATÍVEL COM WINDOWS 10 e 11, teclas de acesso da Calculadora, à Prova de Líquidos, Plug-and-Play, Teclas de atalho do Windows, Teclas de controle de mídia de música e vídeo, botão funções extras;	UND	20,00	R$ 111,38	R$ 2.227,60
1	21	TECLADO PADRÃO ABNT2 SEM FIO, PRETO, TECLAS DE CONTROLE DE VOLUME, TECLAS MACIAS, COMPATÍVEL COM WINDOWS 10 e 11, teclas de acesso da Calculadora, Design à Prova de Líquidos, Plug-and-Play, Teclas de atalho do Windows, Teclas de mídia para controle de música e vídeo. COM MOUSE USB SEM FIO	UND	20,00	R$ 318,94	R$ 6.378,80
1	22	TELEFONE IP (APARELHO) - terminal inteligente com suporte para uma conta SIP; display 128 × 32 pixels; teclas conferência e ao menu para acesso as configurações do terminal, correio de voz, sigilo/mudo, VIVA-VOZ, com sinalizador LED; teclas de ajuste do volume, 2 portas Ethernet de 10/100 Mbps; para instalação em mesa ou parede; qualidade na voz com suporte a QoS; registro em servidor primário e secundário, cor preto ou branco	UND	25,00	R$ 303,17	R$ 7.579,25
1	23	TELEVISOR SMART TV LED COM TAMANHO DE TELA MÍNIMO DE 42 POLEGADAS FULL HD. CONTROLE REMOTO, CONVERSOR	UN	30,00	R$ 2.068,11	R$ 62.043,30

		DIGITAL INTEGRADO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES				
1	24	TELEVISOR SMART TV LED COM TAMANHO DE TELA MÍNIMO DE 55" POLEGADAS FULL HD. CONTROLE REMOTO, CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	UND	6,00	R$ 3.196,63	R$ 19.179,78
1	25	TONER BQ-CF258A COMPATÍVEL, com chip para HP Laser Jet Pro, cartucho capacidade mínima de Rendimento de 3.000	UN	10,00	R$ 70,33	R$ 703,30
1	26	TONER BROTHER 2340/2370 COMPATÍVEL, cartucho capacidade mínima de Rendimento de 3.000 impressões	UN	30,00	R$ 65,00	R$ 1.950,00
1	27	TONER BROTHER 3440/3470 COMPATÍVEL, cartucho capacidade mínima de Rendimento de 3.000 impressões	UN	30,00	R$ 186,74	R$ 5.602,20
1	28	TONER HP CF258A 58A COMPATÍVEL, para impressoras HP MFP E42540, sem chip, mínimo 3.000 impressões	UN	20,00	R$ 210,98	R$ 4.219,60
1	29	TONER KYOCERA TK1175 COMPATÍVEL, cartucho capacidade rendimento mínimo 12.000 impressões	UN	30,00	R$ 77,25	R$ 2.317,50
1	30	TONER TK 1172 COMPATÍVEL, com as alto rendimento e rende em média 12.000 impressões multifuncionais para Kyocera, um cartucho de	UN	15,00	R$ 71,67	R$ 1.075,05
1	31	TRANSFORMADOR 2000VA BIVOLT 110/220 E 220/110 (para impressoras lasers)	UN	20,00	R$ 254,50	R$ 5.090,00
1	32	WEBCAM FULL HD PRO, com 2 microfones embutidos, proteção de privacidade, WideScreen 1080p, vídeos chamadas (1080p a 30 fps) lente de vidro, campo de visão mínima de 78 graus, correção automática de luz hd; microfones duplos com som estéreo; vídeo e áudio; autofoco do vídeo fluido e nítido mesmo se você estiver em um ambiente escuro	UN	5,00	R$ 403,75	R$ 2.018,75
1	33	CAIXA DE SOM P/ COMPUTADOR, conexao de audio P2 e alimentacao via USB	UND	40,00	R$ 41,70	R$ 1.668,00
1	34	FORNO ELÉTRICO, capacidade 50L, voltagem 220V, Dupla resistência, Controle de temperatura ajustável, Multifunções, Grelha deslizante em inox, Timer de 60 minutos, Luz indicadora, Garantia do fornecedor de 12 meses	UND	5,00	R$ 721,66	R$ 3.608,30
1	35	FOGÃO 4 BOCAS, Sistema de acendimento automático,voltagem 220V, material em Aço inoxidável, acabamento em esmalte, com forno, Garantia do fornecedor de 12 meses	UND	5,00	R$ 958,59	R$ 4.792,95

1	36	COOKTOP, Sistema de acendimento automático,voltagem 220V, em Aço inoxidável, acabamento em esmalte, Combustível em Gás Natural, Eficiência "A", Garantia do fornecedor de 12 meses	UND	3,00	R$ 436,21	R$ 1.308,63
1	37	MICROONDAS, Capacidade 25L,voltagem 220V, Multifunções, Eficiência "A", Garantia do fornecedor de 12 meses	UND	5,00	R$ 858,67	R$ 4.293,35
1	38	LIQUIDIFICADOR, com Filtro, Capacidade 3L, Voltagem 220V, Multivelocidades, Eficiência "A", Garantia do fornecedor de 12 meses	UND	10,00	R$ 223,43	R$ 2.234,30
1	39	SANDUICHEIRA, tipo Grelhas Duplas, Revestimento Antiaderente, Alça Isotérmica, Lâmpada Piloto, Voltagem 220V, Controle De Temperatura Automático, Trava De Fechamento, Garantia do fornecedor de 12 meses.	UND	10,00	R$ 149,46	R$ 1.494,60
1	40	BEBEDOURO DE ÁGUA INDUSTRIAL, de Coluna, Capacidade 25L, Voltagem 220V, Estrutura em aço inox, Pés reguláveis alta resistência, Serpentina interna em aço Inox, Reservatório em polipropileno, com Boia e Filtro, Isolamento em EPS, Termostato para ajuste de temperatura, Sistema de refrigeração em gás ecológico, Aparador de água reforçado e mangueira dreno, 2 Saídas tipo 1 torneira e 1 jato, P/ água gelada. Garantia do fornecedor de 12 meses	UND	5,00	R$ 1.576,33	R$ 7.881,65
1	41	BEBEDOURO DE ÁGUA INDUSTRIAL, deresistência, Serpentina interna em aço Inox, Reservatório em polipropileno, com Boia e Filtro, Isolamento em EPS, Termostato para ajuste de temperatura, Sistema de refrigeração em gás ecológico, Aparador de água reforçado e mangueira dreno, 2 Saídas tipo torneira, P/ água gelada. Garantia do fornecedor de 12 meses Coluna, Capacidade 50L, Voltagem 220V, Estrutura em aço inox, Pés reguláveis alta	UND	5,00	R$ 2.004,57	R$ 10.022,85
1	42	BEBEDOURO DE ÁGUA INDUSTRIAL, de Coluna, Capacidade 100L, Voltagem 220V, Estrutura em aço inox, Pés reguláveis alta resistência, Serpentina interna em aço Inox, Reservatório em polipropileno, com Boia e Filtro, Isolamento em EPS, Termostato para ajuste de temperatura, Sistema de refrigeração em gás ecológico,	UND	5,00	R$ 2.873,00	R$ 14.365,00

		Aparador de água reforçado e mangueira dreno, 3 Saídas tipo torneira, P/ água gelada. Garantia do fornecedor de 12 meses				
1	43	PURIFICADOR DE ÁGUA, Refrigerado por compressor, Voltagem 220V, Garantia do fornecedor de 12 meses.	UND	5,00	R$ 1.507,07	R$ 7.535,35
1	44	MAQUINA DE LAVAR, 13kg, para Roupas, Cesto em Inox, Alta Eficiência "A", Voltagem 220V, MultiCiclos, Cor predominante – Branco, Garantia do fornecedor de 12 meses	UND	5,00	R$ 2.053,07	R$ 10.265,35
1	45	VENTILADOR, Ventilador de Coluna, Grade 40cm, Hélice 6 pás, Voltagem 220V, Garantia do fornecedor de 12 meses.	UND	5,00	R$ 284,63	R$ 1.423,15
1	46	FREEZER, Vertical, Voltagem 220V, Capacidade Mínima 197 litros, Controle de temperatura, Sistema de refrigeração por compressor, Classificação energética A, Rodízios para deslocamento, Degelo Manual, Com divisórias internas, com dreno para escoamento da água, Cor predominante – Branco, Garantia do fornecedor de 12 meses.	UND	5,00	R$ 4.747,60	R$ 23.738,00
1	47	CORTINA DE AR, 100 cm, horizontal, para parede e teto, Voltagem 220V, com Controle Remoto, Dupla/Múltipla Velocidades, Cor predominante – Branco, Garantia do fornecedor de 12 meses.	UND	5,00	R$ 696,46	R$ 3.482,30
1	48	CORTINA DE AR, 150cm, horizontal, para parede e teto, Voltagem 220V, com Controle Remoto, Dupla/Múltipla Velocidades, Cor predominante – Branco, Garantia do fornecedor de 12 meses.	UND	5,00	R$ 778,46	R$ 3.892,30
1	49	CORTINA DE AR, 200cm, horizontal, para parede e teto, Voltagem 220V, com Controle Remoto, Dupla/Múltipla Velocidades, Cor predominante – Branco, Garantia do fornecedor de 12 meses.	UND	5,00	R$ 1.588,33	R$ 7.941,65
1	50	ESCRIVANINHA, Formato em L, Dimensões 75 cm Altura x 180 cm Comprimento pt1 x 160 cm Comprimento pt2 x 60 cm Largura, Pés Gaveteiro de 2 gavetas, com corrediças metálicas, tranca para 1ª gaveta, Painel de travamento em aço, montagem e frete pelo fornecedor. duplo com detalhe em aço entre as colunas	UND	10,00	R$ 745,00	R$ 7.450,00
1	51	ESCRIVANINHA, Formato reta, Dimensões 75 cm Altura x 180 cm Comprimento pt1 x 60 cm Largura, Pés duplo com detalhe em aço entre as colunas Gaveteiro de 2	UND	15,00	R$ 680,33	R$ 10.204,95

		gavetas, com corrediças metálicas, tranca para 1ª gaveta, Painel de travamento em aço, montagem e frete pelo fornecedor.				
1	52	ARMÁRIO AÇO ESCRITÓRIO, Duas portas, Com Fechadura, Divisão interna em Prateleiras, dimensões 170x30x70cm, Cor predominante – Cinza.	UND	10,00	R$ 1.167,94	R$ 11.679,40
1	53	ARMÁRIO AÇO ESCRITÓRIO, Duas portas, Com Fechadura, Divisão interna em Prateleiras, dimensões 198 cm x 120 cm x 45 cm, Cor predominante – Cinza.	UND	10,00	R$ 1.286,88	R$ 12.868,80
1	54	PRATELEIRA DE AÇO, Aço Galvanizado Pintura Epóxi, Divisão em 6 Prateleiras, dimensões 190 cm x 90 cm x 28 cm, Suporte de Carga 30kg por bandeja, com suporte regulável, Cor predominante – Cinza, montagem e frete pelo fornecedor.	UND	15,00	R$ 633,00	R$ 9.495,00
1	55	GAVETEIRO PARA ESCRITORIO, Com 3 gavetas, com rodizios giratórios, dimensões 45 cm x 36 cm x 72 cm, montagem e frete pelo fornecedor.	UND	10,00	R$ 535,63	R$ 5.356,30
1	56	QUADRO BRANCO, Cantoneira em Polietileno, Acompanha porta caneta deslizante e removível em PVC (20 cm de comprimento), Moldura em alumínio (1,2 cm de espessura x 2,3 cm de frente), Tampo de chapa de fibra de madeira 3 mm com acabamento em pintura UV branco brilhante dimensões 150cm x 100cm	UND	5,00	R$ 512,00	R$ 2.560,00
1	57	CADEIRA ESCRITÓRIO DIRETOR, Base do material em aço cromado, Material polipropileno, com regulador de altura, assento em estofado revestido em tecido 100% poliéster e encosto revestido em tecido, rodízios em nylon, dimensões: 91-101 cm altura, largura 60 cm, comprimento 49 cm, assento largura 48 cm, altura do assento ao chão 42-52 cm, espessura assento 6 cm, cor predominante preta, garantia do fornecedor mínimo 3 meses.	UND	50,00	R$ 435,00	R$ 21.750,00
						R$ 1.163.766,29

1.2. 1.2. Nos termos da Lei 14.133/2021 e do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será destinado à participação ampla (cujo valor do item esteja acima de 80.000,00) e participação exclusiva para microempresas (ME) e Empresas de Pequeno porte (cujo valor do item seja de até 80.000,00).

1.3. O valor máximo estimado da contratação é de **R$ 1.163.766,29 (um milhão, cento e sessenta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte e nove centavos)**.

1.4. A adjudicação deverá ser feita pelo menor preço por item.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade a formação de Registro de Preços para contratação, sob demanda, de empresas especializadas no fornecimento de equipamentos e materiais eletrônicos e eletrodomésticos para atender às demandas das Secretarias Municipais de Mutunópolis/GO, conforme as especificações, condições e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

2.2. A necessidade da contratação decorre da importância de assegurar condições adequadas de funcionamento às Secretarias Municipais, mediante a disponibilização de bens que apoiem as atividades administrativas e operacionais, melhorem os ambientes de trabalho e contribuam para a continuidade dos serviços prestados à população.

2.3. Os bens a serem adquiridos contemplam, entre outros, computadores, monitores, impressoras, nobreaks, tablets, telefones IP, televisores, aparelhos de ar-condicionado, ventiladores, freezers, fornos elétricos, fogões, micro-ondas, bebedouros e purificadores de água, conforme a relação de itens constante do Termo de Referência.

2.4. A aquisição permitirá modernizar e complementar a estrutura dos setores municipais. Os recursos de informática e comunicação darão suporte ao uso dos sistemas informatizados, à elaboração de documentos e ao atendimento ao público, enquanto os equipamentos de climatização e os eletrodomésticos contribuirão para o funcionamento dos ambientes de trabalho e das áreas de apoio.

2.5. A aquisição de computadores, impressoras, nobreaks e aparelhos de ar-condicionado também permitirá substituir bens danificados, obsoletos ou insuficientes, conforme as necessidades identificadas pelas Secretarias Municipais. A reposição desses equipamentos contribuirá para reduzir interrupções nas rotinas de trabalho e manter condições adequadas de funcionamento dos setores.

2.6. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada porque as demandas das Secretarias Municipais podem variar em quantidade e ao longo do tempo. O fornecimento parcelado permitirá requisitar os bens conforme a necessidade de cada setor e a programação administrativa, evitando compras antecipadas e a formação de estoques desnecessários.

2.7. O registro prévio dos preços e das condições de fornecimento permitirá realizar aquisições durante a vigência da Ata de Registro de Preços, reduzindo a repetição de procedimentos licitatórios para bens de mesma natureza e dando maior celeridade ao atendimento das demandas municipais.

2.8. Os quantitativos registrados têm caráter estimativo. Cada aquisição ficará condicionada à efetiva necessidade da Administração, à disponibilidade orçamentária e financeira e ao interesse público.

2.9. A contratação contribuirá para melhorar as condições de trabalho dos servidores, fortalecer a capacidade operacional das Secretarias Municipais de Mutunópolis/GO e assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

2.10. O fornecimento deverá observar as especificações técnicas, os padrões de qualidade, os prazos e as demais condições estabelecidas no Termo de Referência, de modo a assegurar que os bens adquiridos sejam adequados às necessidades dos setores requisitantes e à finalidade a que se destinam.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

3.1. Os bens a serem adquiridos são definidos como de natureza comum, de acordo com a Lei 14.133/2021.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. A presente contratação tem por objeto a formação de Registro de Preços para contratação, sob demanda, de empresas especializadas no fornecimento de equipamentos e materiais eletrônicos e eletrodomésticos para atender às demandas das Secretarias Municipais de Mutunópolis/GO, conforme as especificações técnicas, os quantitativos e as demais condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital. O fornecimento abrange, entre outros bens, computadores, monitores, impressoras, nobreaks, tablets, telefones IP, televisores, aparelhos de ar-condicionado, ventiladores, freezers, fornos elétricos, fogões, micro-ondas, bebedouros e purificadores de água.

4.2. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento da Autorização de Fornecimento, da Ordem de Fornecimento, da Nota de Empenho ou de documento equivalente expedido pela Administração.

4.2.1. Os produtos deverão ser entregues no local e no horário indicados na respectiva solicitação de fornecimento, acompanhados da nota fiscal e dos documentos necessários à conferência e ao recebimento.

4.2.2. As entregas serão realizadas de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades das Secretarias Municipais, observados os quantitativos e os prazos de cada solicitação. O Município não estará obrigado a adquirir a totalidade dos quantitativos registrados.

4.2.3. O prazo de entrega poderá ser prorrogado excepcionalmente mediante solicitação formal e justificada da contratada, apresentada antes do vencimento do

prazo original. A prorrogação dependerá de autorização da Administração e da avaliação de seus efeitos sobre o atendimento da demanda.

4.3. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e sem sinais de utilização anterior, recondicionamento ou remanufatura, salvo previsão expressa neste Termo de Referência. A entrega deverá observar as especificações, os quantitativos e as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta aceita, devendo os equipamentos estar em perfeito estado de conservação e funcionamento.

4.3.1. Quando aplicável, os produtos deverão ser entregues em embalagens originais, íntegras e adequadas ao transporte e ao armazenamento, com indicação de fabricante, marca, modelo, número de série, lote, data de fabricação e demais informações pertinentes à identificação e à rastreabilidade de cada item.

4.3.2. Os produtos deverão ser acompanhados dos acessórios, componentes, cabos, conectores, fontes de alimentação, baterias, carregadores, softwares, licenças, manuais em língua portuguesa e termos de garantia, conforme as especificações e a finalidade de cada item.

4.3.3. Correrão por conta da contratada as despesas de transporte, frete, seguro, carga, descarga e acondicionamento. As despesas de montagem, instalação, configuração, testes de funcionamento e treinamento também serão de sua responsabilidade quando essas atividades estiverem previstas nas especificações do respectivo item.

4.4. Os produtos deverão atender às normas técnicas, de segurança elétrica e de compatibilidade eletromagnética pertinentes à sua natureza. Deverão observar, conforme o item, as normas da ABNT e os requisitos aplicáveis de certificação de conformidade, homologação e etiquetagem de eficiência energética.

4.4.1. Os nobreaks deverão atender às especificações de potência, tensão de alimentação e quantidade de saídas previstas para cada item, de modo a assegurar a compatibilidade com os equipamentos a serem protegidos.

4.4.2. As impressoras deverão atender às especificações de tecnologia de impressão, velocidade, resolução, capacidade de alimentação de papel e conectividade. As funções de cópia e digitalização deverão ser disponibilizadas quando previstas para o respectivo item.

4.4.3. Os eletrodomésticos deverão ser entregues completos e em perfeitas condições de funcionamento, observadas as características de capacidade, tensão de alimentação, eficiência energética e demais requisitos estabelecidos para cada item.

4.4.4. Os equipamentos com recursos de comunicação sem fio deverão ser entregues com os acessórios previstos nas especificações. A comprovação da homologação pela ANATEL será exigida para os itens sujeitos a esse requisito.

4.4.5. Os aparelhos de ar-condicionado deverão ser do tipo Split Hi-Wall, ciclo frio, com capacidades mínimas de 12.000, 18.000, 24.000 ou 30.000 BTUs, conforme o item, alimentação elétrica de 220 V monofásica, classificação de eficiência energética "A", serpentina de cobre e controle remoto. A instalação será de responsabilidade da contratada quando expressamente prevista neste Termo de Referência.

4.4.6. Os equipamentos de informática deverão ser entregues com os componentes, periféricos, acessórios, softwares e licenças previstos nas especificações de cada item. A montagem e a configuração deverão ser realizadas quando previstas neste Termo de Referência.

4.4.7. Os toners deverão atender às especificações de compatibilidade com os modelos de impressora indicados, rendimento mínimo e presença ou ausência de chip, conforme o respectivo item.

4.5. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contada do recebimento definitivo, ressalvados os itens com prazo específico estabelecido neste Termo de Referência. Prevalecerá o prazo superior oferecido pelo fabricante ou pela contratada.

4.5.1. Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar assistência técnica adequada e responsabilizar-se pela correção dos defeitos, vícios e falhas de funcionamento cobertos pela garantia, incluindo, quando necessário, transporte, mão de obra, peças e componentes, sem ônus adicional para a Administração.

4.5.2. A contratada deverá providenciar o reparo do equipamento ou componente defeituoso, observados os prazos e as condições estabelecidos neste Termo de Referência. Quando o reparo for inviável ou insuficiente para restabelecer o funcionamento adequado, a contratada deverá providenciar a substituição.

4.5.3. Quando previstas neste Termo de Referência, as atividades de montagem, instalação, configuração, testes e treinamento deverão ser executadas por profissionais com qualificação compatível, observados os requisitos de habilitação aplicáveis à atividade, sem custo adicional para a Administração.

4.6. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência inicial dos quantitativos, da integridade das embalagens, da identificação dos produtos e das demais condições aparentes de fornecimento.

4.6.1. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos produtos com as especificações, os quantitativos e as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta aceita. Quando previstos para o item, a montagem, a instalação, a configuração e os testes de funcionamento deverão estar concluídos para a aceitação do objeto.

4.6.2. A Administração poderá rejeitar, total ou parcialmente, os produtos que apresentem defeitos, avarias, sinais de uso, ausência de componentes ou acessórios, funcionamento inadequado ou outra desconformidade com este Termo de Referência ou com a proposta aceita.

4.6.3. Constatada desconformidade, a contratada deverá substituir ou corrigir o produto ou componente recusado, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da comunicação formal.

4.6.4. A substituição ou correção dos produtos recusados ocorrerá sem prejuízo da responsabilidade da contratada pelo descumprimento das obrigações assumidas e da aplicação das medidas administrativas cabíveis.

4.6.5. A contratada permanecerá responsável pela qualidade, pela segurança, pelo funcionamento e pela conformidade dos produtos após o recebimento provisório ou definitivo, observadas as condições de garantia e a legislação aplicável.

4.7. A Administração poderá realizar diligências e verificações técnicas para confirmar a procedência e a conformidade dos produtos. Quando necessário à fiscalização ou ao recebimento, poderá solicitar catálogos, fichas técnicas, manuais, certificados, comprovantes de homologação, declarações do fabricante ou outros documentos pertinentes ao item.

4.8. O fornecimento de produtos em desconformidade somente será considerado regular após a correção ou a substituição dos itens recusados e a verificação de sua conformidade pela Administração, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

4.9. Caso sejam identificados vícios, defeitos ou desconformidades após a aceitação dos produtos, inclusive durante seu uso, a Administração poderá exigir da contratada as providências cabíveis, conforme as condições de garantia e a legislação aplicável.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber os equipamentos e materiais eletrônicos e eletrodomésticos nos locais, prazos e condições estabelecidos no Edital, no Termo de Referência e na respectiva solicitação de fornecimento.

5.1.2. Verificar, no prazo estabelecido, se os bens recebidos provisoriamente atendem aos quantitativos, às especificações técnicas e às demais condições previstas no Termo de Referência e na proposta aceita, para fins de recebimento definitivo.

5.1.3. Comunicar formalmente à Contratada os defeitos, as avarias, as falhas ou outras irregularidades constatadas nos bens fornecidos, para que sejam corrigidos, reparados ou substituídos, conforme o caso, nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar, por meio de servidor designado, o cumprimento das obrigações da Contratada, inclusive quanto aos prazos de entrega, à conformidade dos bens e à execução das atividades de montagem, instalação, configuração e testes de funcionamento, quando previstas para o respectivo item.

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada pelo fornecimento efetivamente realizado e aceito pela Administração, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada, no prazo e na forma estabelecidos no Edital e em seus anexos.

5.2. Os compromissos assumidos pela Contratada com terceiros para a execução do fornecimento são de sua responsabilidade. A Contratada também responderá pelos danos que ela, seus empregados ou prepostos causarem a terceiros em decorrência da execução do objeto, observada a legislação aplicável.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deverá cumprir as obrigações previstas no Edital, em seus anexos e na proposta aceita, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da execução do objeto, nos termos do instrumento de contratação. Compete à Contratada:

6.1.1. Entregar os equipamentos e materiais eletrônicos e eletrodomésticos em perfeitas condições de conservação e funcionamento, conforme as especificações, os quantitativos, os prazos e os locais indicados no Termo de Referência e na respectiva solicitação de fornecimento. Os bens deverão ser acompanhados da nota fiscal e, quando aplicável, de documentação que identifique a marca, o fabricante, o modelo, a procedência e o prazo de garantia ou de validade.

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e defeitos dos bens fornecidos e pelos danos decorrentes do fornecimento, observadas as condições de garantia e a legislação aplicável.

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os bens ou componentes que apresentem avarias, defeitos ou desconformidades. Para os itens recusados no recebimento, o prazo máximo para correção ou substituição será de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da comunicação formal da Contratante. Para as

ocorrências identificadas durante a garantia, deverão ser observados os prazos e as condições estabelecidos no Termo de Referência.

6.1.4. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas em relação à data prevista para a entrega, os motivos devidamente comprovados que impeçam o cumprimento do prazo. Eventual prorrogação dependerá de autorização da Administração, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.1.5. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.1.6. Indicar preposto para representá-la perante a Contratante durante a execução do contrato e receber as comunicações relativas ao fornecimento.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei n° 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.3.1. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
10.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta junto aos órgãos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº3, de 26 de abril de 2018.
10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
10.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX) I = (6 / 10) I = 0,00016438

$$\underline{TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%}$$
$$365$$

11. DO REAJUSTE
11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da datal imite para a apresentação das propostas.
11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
11..4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
11.8. O reajuste será realizado por apostilamento ou termo aditivo de alteração contratual.
12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

13.1.1. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
13.1.5. cometer fraude fiscal;
13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
13.3. multa moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
13.3.1. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
13.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
13.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
13.3.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Municipal pelo prazo de até 5 anos;
13.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
13.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcira Contratante pelos prejuízos causados;
13.4. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.3.3, 13.3.4 e 13.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
13.5. Também ficam sujeitas às penalidades da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:
13.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
13.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
13.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o

caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas com a contratação estão previstas na seguinte dotação:

06.01.10.302.214.2.202.449052 Ficha: 448 Sub: 99 Fonte: 102
06.01.10.304.212.2.082.449052 Ficha: 460 Sub: 35 Fonte: 107
06.01.10.304.212.2.082.449052 Ficha: 460 Sub: 99 Fonte: 107
07.08.08.244.125.2.024.449052 Ficha: 517 Sub: 35 Fonte: 100
07.08.08.244.125.2.024.449052 Ficha: 517 Sub: 99 Fonte: 100
07.08.08.245.125.2.077.449052 Ficha: 551 Sub: 35 Fonte: 100
07.08.08.245.125.2.077.449052 Ficha: 551 Sub: 99 Fonte: 100
03.03.04.122.052.2.010.449052 Ficha: 055 Sub: 35 Fonte: 100
03.03.04.122.052.2.010.449052 Ficha: 055 Sub: 99 Fonte: 100
03.09.12.361.403.2.031.449052 Ficha: 154 Sub: 35 Fonte: 101
03.09.12.361.403.2.031.449052 Ficha: 154 Sub: 99 Fonte: 101

03.09.12.365.725.2.206.449052 Ficha: 167 Sub: 35 Fonte: 101
03.09.12.365.725.2.206.449052 Ficha: 167 Sub: 99 Fonte: 101
03.03.06.181.103.2.019.449052 Ficha: 079 Sub: 99 Fonte: 100
03.05.20.606.668.2.015.449052 Ficha: 126 Sub: 99 Fonte: 100
03.10.27.811.720.2.035.449052 Ficha: 211 Sub: 99 Fonte: 100
03.12.26.782.710.2.043.449052 Ficha: 236 Sub: 99 Fonte: 100
03.13.18.541.2010.2.045.449052 Ficha: 255 Sub: 99 Fonte: 100
03.18.15.452.501.2.038.449052 Ficha: 311 Sub: 99 Fonte: 100
06.01.10.301.211.2.049.449052 Ficha: 408 Sub: 35 Fonte: 102
06.01.10.301.211.2.049.449052 Ficha: 408 Sub: 99 Fonte: 102
06.01.10.301.211.2.201.449052 Ficha: 423 Sub: 35 Fonte: 102
06.01.10.301.211.2.201.449052 Ficha: 423 Sub: 99 Fonte: 102
06.01.10.302.214.2.202.449052 Ficha: 449 Sub: 35 Fonte: 102

O presente termo foi elaborado pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Mutunópolis e segue aprovado pela autoridade competente abaixo assinado.

Fabiano Ulisses de Souza
Secretário Municipal de Administração

Mayana Alves de Souza
Diretora de administração Geral

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 025/2026
ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Cidade:
Estado:
Fone:
Fax:
E-mail:

Para fins de Pagamento:
Banco:
Agência:
C/Corrente:

Prazo de validade desta proposta: 60 (sessenta) dias.
Prazo de entrega/execução do(s) material(is)/serviços: XX (XXXX) dias a contar do recebimento da Nota de empenho.
Declaramos que no preço proposto estão incluídas todas as despesas ou encargos de qualquer natureza resultante da execução do objeto licitado, considerando os itens entregues/executados no Local indicado neste Edital Declaramos ainda que concordamos com todos os termos do Edital Pregão SRP n.º 025/2026 e seus Anexos.

LOTE	SEQUÊNCIA	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Preço Total por extenso:

Local, XX de XXXX de 2026

.....
Representante Legal da Empresa

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 025/2026
ANEXO III
DECLARAÇÃO CONJUNTA

A inscrita no CNPJ sob nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). , portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA:

1. que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;

2. para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

3. que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4. que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;

5. que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;

6. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;

8. que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9. que na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação;

10. o e-mail: , como sendo o oficial da licitante para recebimento de comunicações, convocações e notificações.

11. que caso vencedora os dados do representante legal da licitante que deverão constar na minuta do contrato/ata de registro de preços para formalização são:

Nome : , CPF: , RG: .

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), de XXXXXXXXXXXXX de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 025/2026
ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ: sediada à Rua, n.º , com sede na Cidade de , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) , portador (a) da Carteira de Identidade nº e de CPF nº..... DECLARA para todos os fins sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da lei Complementar nº123/12006. DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de janeiro de 2006.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), de XXXXXXXXXXX de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante e ter a assinatura do representante legal.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 025/2026
ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO Nº ...../2026
PROCESSO ADM. Nº 9166/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026

O MUNICÍPIO DE MUTUNÓPOLIS, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob N.º ....., sediada na Rua ----------, Mutunópolis - GO, neste ato representada pelo senhor, ..., brasileiro, inscrito no CPF nº ---------- e portador do RG Sob o nº----------, residente e domiciliado na cidade de ....., Estado do ....., no gozo de seus plenos direitos doravante denominado de CONTRATANTE e de outro ....., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: ....., estabelecida na..... Neste ato representado pelo Sr....., residente e domiciliado na..... Doravante designada simplesmente CONTRATADO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL O presente instrumento contratual está fundamentado na Pregão Eletrônico nº__2026 com fulcro na lei de licitações e contratos administrativos nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto municipal nº__ /2021 que regulamenta aplicação da lei 14.133/2021 no âmbito do município de Santa Fé de Goiás (se houver), nos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para contratação, sob demanda, de empresas especializadas ...

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

LOTE	SEQUENCIA	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

3.1. Os pagamentos serão efetuados, em até 30 dias após o fornecimento dos produtos prestados e da nota fiscal;

3.2. Para a execução do pagamento de que trata o item anterior o CONTRATADO deverá fazer constar na nota fiscal, o número do contrato ou do documento habil com a descrição do objeto, sem rasura, em nome da CONTRATANTE, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

3.3. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável da solicitação e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as devidas correções. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da

situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
3.4. É obrigação do CONTRATADO de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme art. 92º, inciso XVI da lei nº. 14.133/2021.
3.5. O pagamento será efetuado por meio de ordem transferência bancaria em nome do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. A presente contratação tem por objeto a formação de Registro de Preços para contratação, sob demanda, de empresas especializadas no fornecimento de equipamentos e materiais eletrônicos e eletrodomésticos para atender às demandas das Secretarias Municipais de Mutunópolis/GO, conforme as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

4.2. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento da Autorização de Fornecimento, da Ordem de Fornecimento, da Nota de Empenho ou de documento equivalente expedido pela Administração.

4.2.1. Os produtos deverão ser entregues no local indicado pela Prefeitura Municipal de Mutunópolis/GO, em horário previamente estabelecido pela Administração, acompanhados da nota fiscal e dos documentos necessários à conferência e ao recebimento.

4.2.2. As entregas ocorrerão de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades das Secretarias Municipais, observados os quantitativos e os prazos de cada solicitação de fornecimento. Os quantitativos registrados têm caráter estimativo e serão requisitados conforme a necessidade da Administração.

4.2.3. O prazo de entrega poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação formal e justificada da contratada, apresentada antes do vencimento do prazo original. A prorrogação dependerá de análise e autorização da Administração, resguardado o interesse público.

4.3. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de utilização anterior, recondicionamento ou remanufatura, salvo quando expressamente admitido neste Termo de Referência. Deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação e, quando aplicável, de funcionamento, em conformidade com as especificações, os quantitativos e as demais condições deste Termo de Referência e da proposta aceita.

4.3.1. Quando aplicável, os produtos deverão ser acondicionados em embalagens originais, íntegras e adequadas ao transporte e ao armazenamento, com identificação do fabricante, marca, modelo, número de série, lote, data de fabricação e demais informações pertinentes à identificação e à rastreabilidade do item.

4.3.2. Os produtos deverão ser acompanhados dos componentes, acessórios, cabos, conectores, fontes de alimentação, baterias, carregadores, softwares, licenças, manuais de operação em língua portuguesa, termos de garantia e demais elementos necessários ao funcionamento e à utilização dos bens, conforme as especificações de cada item.

4.3.3. Correrão por conta da contratada as despesas com transporte, frete, seguro, carga, descarga e acondicionamento. As despesas com montagem, instalação, configuração, testes de funcionamento e treinamento também serão de sua responsabilidade quando essas atividades estiverem previstas para o respectivo item.

4.4. Os equipamentos e materiais eletrônicos e eletrodomésticos deverão atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis à sua natureza. Serão observadas, conforme o item, as normas da ABNT e as exigências de certificação de conformidade no âmbito do INMETRO, homologação pela ANATEL e etiquetagem de eficiência energética, quando aplicáveis.

4.4.1. Os nobreaks deverão atender às especificações de potência, tensão de alimentação e quantidade de saídas estabelecidas para cada item, de modo a assegurar a compatibilidade com os equipamentos a serem protegidos.

4.4.2. As impressoras deverão atender às especificações de tecnologia de impressão, velocidade, resolução, capacidade de alimentação de papel e conectividade. As funções de cópia e digitalização deverão ser disponibilizadas quando previstas para o item.

4.4.3. Os eletrodomésticos deverão ser entregues completos e em perfeitas condições de funcionamento, observadas as características de capacidade, tensão de alimentação, eficiência energética e os demais requisitos previstos para cada item.

4.4.4. Os equipamentos com recursos de comunicação sem fio deverão atender às especificações de conectividade e ser acompanhados dos acessórios previstos para cada item. A comprovação da homologação pela ANATEL será exigida para os produtos sujeitos a esse requisito, conforme as condições do Edital.

4.4.5. Os aparelhos de ar-condicionado deverão ser do tipo Split Hi-Wall, ciclo frio, com capacidade mínima de 12.000, 18.000, 24.000 ou 30.000 BTUs, conforme o item, alimentação elétrica de 220 V monofásica, classificação de eficiência energética “A”, serpentina de cobre e controle remoto. A instalação será de

responsabilidade da contratada quando expressamente prevista neste Termo de Referência.

4.4.6. Os equipamentos de informática, incluindo computadores, monitores e periféricos, deverão atender à configuração exigida para cada item e ser entregues com os componentes, acessórios, softwares e licenças previstos nas respectivas especificações. A montagem e a configuração serão realizadas quando previstas neste Termo de Referência.

4.4.7. Os toners deverão atender aos requisitos de compatibilidade com os modelos de impressora indicados, ao rendimento mínimo e à especificação quanto à presença ou ausência de chip, conforme o respectivo item.

4.5. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contada do recebimento definitivo, ressalvados os itens com prazo específico previsto neste Termo de Referência. Quando o fabricante ou a contratada oferecer prazo superior ao exigido, prevalecerá o prazo mais amplo.

4.5.1. Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar assistência técnica adequada e corrigir os defeitos, vícios ou falhas de funcionamento cobertos pela garantia, incluindo, quando necessário, transporte, mão de obra, peças e componentes, sem ônus adicional para a Administração.

4.5.2. A contratada deverá reparar o equipamento ou componente defeituoso, observados os prazos e as condições deste Termo de Referência. Quando o reparo for inviável ou insuficiente para restabelecer o funcionamento adequado, a contratada deverá providenciar a substituição.

4.5.3. Quando previstas neste Termo de Referência, as atividades de montagem, instalação, configuração, testes e treinamento deverão ser executadas por profissionais com qualificação compatível, observados os requisitos de habilitação profissional aplicáveis à atividade, sem custo adicional para a Administração.

4.6. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência inicial dos quantitativos, da integridade das embalagens, da identificação dos produtos e das demais condições aparentes de fornecimento.

4.6.1. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos produtos com as especificações, os quantitativos e as demais condições deste Termo de Referência e da proposta aceita. A montagem, a instalação, a configuração e os testes de funcionamento, quando previstos para o item, deverão estar concluídos para o recebimento definitivo.

4.6.2. A Administração poderá rejeitar, total ou parcialmente, os produtos que apresentem defeitos, avarias, sinais de uso, ausência de componentes ou acessórios,

funcionamento inadequado ou outra desconformidade com este Termo de Referência ou com a proposta aceita.

4.6.3. A contratada deverá corrigir ou substituir o produto ou componente recusado, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da comunicação formal.

4.6.4. A correção ou a substituição dos produtos recusados ocorrerá sem prejuízo da responsabilidade da contratada pelo descumprimento das obrigações assumidas e da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

4.6.5. Após o recebimento provisório ou definitivo, a contratada permanecerá responsável pela qualidade, pela segurança, pelo funcionamento e pela conformidade dos produtos fornecidos, observadas as condições de garantia e a legislação aplicável.

4.7. A Administração poderá realizar diligências e verificações técnicas para confirmar a autenticidade, a procedência e a conformidade dos produtos. Quando necessário à fiscalização ou ao recebimento, poderá solicitar catálogos, fichas técnicas, manuais, certificados, comprovantes de homologação, declarações do fabricante ou outros documentos pertinentes ao item.

4.8. O fornecimento de produtos em desconformidade somente será considerado regular após a correção ou a substituição dos itens recusados e a confirmação de sua conformidade pela Administração, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

4.9. Caso sejam identificados vícios, defeitos ou desconformidades após a aceitação dos produtos, inclusive durante o uso, a Administração poderá exigir da contratada as providências cabíveis, observadas as condições de garantia e a legislação aplicável.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (A)
As obrigações da CONTRATADO (A):
5.1. Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas neste termo;
5.2. Possuir quantitativos suficiente para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura do Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;
5.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente termo, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
5.4. Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, à quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;

5.5. Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;
5.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;
5.7. A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;
5.8. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

As obrigações da CONTRATANTE:
6.1. Providenciar os pagamentos devidos ao CONTRATADO, nos prazos estipulados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados a prestação dos serviços pelo responsável pela fiscalização;
6.2. Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços, por intermédio de servidor designado especialmente para este fim;
6.3. Comunicar ao CONTRATADO, através do executor designado, toda e quaisquer irregularidades ocorridas na prestação dos serviços e exigir as devidas providências que demandem do CONTRATADO;
6.4. Designar o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços;
6.5. Atestar a execução da prestação dos serviços efetivamente realizada e conforme as especificações técnicas dos serviços;
6.6. Fornecer ao CONTRATADO os elementos necessários à defesa de seus direitos, sejam documentos, procurações, certidões etc., sempre que se fizer necessário e assim que lhes for solicitado;
6.7. Arcar com todas as despesas e custas necessárias ao fiel desempenho do contrato e dele decorrentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência desta contratação dar-se-á de sua assinatura até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRECIMOS E SUPRESSÕES

8.1. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas conforme o art. 124 da lei 14.133/2021;
8.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) conforme art. 125 da lei 14.133/2021;
8.3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese

em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês conforme art. 132 da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS
As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão por conta das seguintes dotações orçamentaria:

CLÁUSULA DECIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
10.1. As infrações e sanções administrativa será aplicada ao contratado conforme o previsto nos artigos 155 e 156 da lei nº 14. 133/2021;
10.2. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 Lei nº 14.133/2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
10.3. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere ao item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
11.1. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 156 da Lei 14.133/2021 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação conforme art. 166 da lei 14.133/2021;

11.2. O recurso de que trata o item anterior será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

11.3. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 156 da lei 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento conforme art. 167 da lei 14.133/2021;

11.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente conforme art. 168 da lei 14.133/2021;

11.5. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS
12.A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
13.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, conforme o disposto no art. 117 da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO
14.1. Para a eficácia da contratação a mesma deverá ser publicada conforme segue:
14.2. Quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei Nº 14.133/2021 no PNCP se referir a aviso, autorização ou extrato, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no Diário Oficial do Município, sem prejuízo de sua tempestiva disponibilização no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver;
14.3. Quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei Nº 14.133/2021 no PNCP se referir a inteiro teor de documento, edital, contrato ou processo, a publicidade dar-se-á através de sua disponibilização integral e tempestiva no Portal da Transparência do Município, sem prejuízo de eventual publicação no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES FINAIS
15.Fica eleito o Foro da Comarca de Estrela do Norte - GO, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.
E, por estarem assim justas e acertadas, celebram o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual vai assinado pelas partes, as quais se obrigam a cumpri-lo.
Santa Fé de Goiás, Estado do Goiás, ... de ..... de .....

CONTRATANTE:	CONTRATANTE:
.....	.....

TESTEMUNHAS

1) NOME	2) NOME
CPF.:	CPF.:

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 025/2026
ANEXO VI
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [do edital de Licitação nº ...../20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
LOTE	**SEQUENCIA**	**DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão) ....

3.2 {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021. 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.3.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.3.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.3.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.3.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazêlo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor

estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO

6.1. Em consonância com o Enunciado nº 42 do Conselho da Justiça Federal e com o Parecer nº 00075/2024/Decor/CGU/AGU, a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá implicar a renovação dos quantitativos originalmente registrados para o órgão gerenciador e órgãos participantes, desde que preenchidos os seguintes requisitos cumulativos:

a) Previsão expressa no edital de licitação e nesta Ata de Registro de Preços;

b) Previsão e justificativa no planejamento da contratação (Estudo Técnico Preliminar e Plano de Contratações Anual, nos termos do art. 12, § 1º, da Lei nº 14.133/2021);

c) Comprovação analítica da manutenção da vantajosidade dos preços registrados mediante pesquisa de mercado;

d) Formalização e assinatura do termo aditivo dentro do prazo de vigência original da Ata.

6.2. A renovação dos quantitativos ficará restrita aos volumes previstos para a Administração Pública gerenciadora e participantes, sendo expressamente vedada a restauração ou renovação de cotas destinadas à adesão por órgãos não participantes ("caronas").

6.3. O Termo Aditivo de prorrogação e renovação de quantitativos conterá:

a) A confirmação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados;

b) A especificação e atualização dos quantitativos renovados;

c) A ratificação das demais cláusulas e condições da Ata;

d) A assinatura das partes e a devida publicação na imprensa oficial/PNCP.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
7.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
7.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem

de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

8.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
10.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
10.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
10.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
10.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
10.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
10.4.1 Por razão de interesse público;
10.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
10.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.
11.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
11.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
11.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado,

penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.
12.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver). Local e data Assinaturas Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s).

Mutunópolis, Estado do Goiás, ... de ..... de .....

ORGÃO GERENCIADOR .....

EMPRESAS REGISTRADAS:.....

TESTEMUNHAS

3) NOME

CPF.:

4) NOME

CPF.:

Valide a assinatura deste documento em https://mutunopolis.megasoftservicos.com.br//cidadao/autenticar-assinatura com o código: 9edaf8